

O falante, o linguista e uma antropologia na linguagem: uma homenagem ao Professor Valdir do Nascimento Flores

A passagem de *infans* a falante e a hipótese da aquisição de uma função significante

The passage from *infans* to speaker and the hypothesis of a signifying function

Paula Ávila Nunes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo: Intenciona-se articular o que propõe Flores (2019), relativamente à passagem do *infans* a falante, à teorização posterior do autor, de 2022, acerca das grandes funções do homem na língua e na linguagem. Para tanto, recorre-se à obra *Infância e história*, de Giorgio Agamben, aliando sua proposição de cisão da linguagem em língua e discurso àquela de Benveniste quanto aos dois universos de significação, semiótico e semântico. Essa articulação nos conduz à hipótese de que há o que podemos chamar de uma *função significante* na linguagem humana, defendendo-a conceitual e operacionalmente como um elemento fundamental dessa passagem.

Palavras-chave: Aquisição de linguagem; Estudos enunciativos; Função

Abstract: The intention is to articulate what Flores (2019) proposes regarding the transition from *infans* to speaker, with the author's later theorization in 2022 concerning the major functions of humans in language. To do so, reference is made to Giorgio Agamben's work "Infancy and History," aligning his proposition of the language being divided in *langue* and discourse with Benveniste's ideas about the two universes of meaning, the semiotic and the semantic. This articulation leads us to the hypothesis that there is what we can call a *signifying function* in human language, defending it conceptually and operationally as a fundamental element in this transition.

Keywords: Language acquisition; Enunciative studies; Function

Introduzindo o problema

Seu filho hoje aprendeu uma palavra
 seus ossos dormem crescendo
 em breve andará com firmeza
 saberá a ciência do chão
 em breve a língua tomará
conta dele
vai emudecer o mundo
moldar seus pequenos dentes
em breve a língua será a mãe
mais do que você é a mãe
 (Ana Martins Marques, em *Risque esta palavra*)

[...] nenhum escritor tem a seu dispor uma língua já feita. Todos temos de encontrar uma língua própria que nos revele como seres únicos e irrepetíveis.
 (Mia Couto, em *Línguas que não sabemos que sabíamos*)

Em publicação recente, Flores (2022) sustenta que “[a] enunciação mostra que há na linguagem grandes funções nas quais o homem se situa ao falar uma língua. A palavra-chave aqui é função” (p. 19). A novidade de seu texto reside em propor que a ampla temática a ser estudada em Benveniste é o que chama de a “linguística das grandes funções da presença do homem na linguagem e nas línguas” (p. 20), projeto que, em seu entender, ainda resta a ser feito. Este texto é, portanto, uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento dessa temática no campo dos estudos enunciativos benvenistianos. Para tanto, parte-se da investigação sobre um tema também desenvolvido por Flores, dessa vez em texto anterior, de 2019, a saber, a passagem de *infans* a falante, a qual, embora não esteja formulada como tal na teoria do sírio, pode muito bem, como mostra o autor, ser derivada dela, sobretudo a partir do trabalho pioneiro de Silva (2009) e de trabalhos subseqüentes da autora e de outros sob sua orientação.

De modo bastante reducionista, resumiríamos a proposta de Flores ao argumento de que essa passagem resguarda uma particularidade que não é sem consequências: de nosso processo de instalação na linguagem, não podemos dar testemunho, justamente porque não temos, naquele momento, o recurso da expressão linguística para nomear, relatar essa experiência, referir-se a ela metalinguisticamente. Ou ainda, aforisticamente e nas palavras do próprio teórico, “há, na origem de todo falante, um recalamento que o constitui como falante” (Flores, 2019, p. 175).

É articulando, pois, essas duas reflexões do linguista brasileiro que este texto se desenvolve, mas indo ligeiramente em outra direção. O objetivo aqui é sustentar a hipótese de que há, como momento inaugural e *sine qua non* da passagem de *infans* a falante, uma função primordial instalando-se: a *função significante*. Salvo melhor juízo, Benveniste nunca empregou tal sintagma, *ipsis litteris*, em sua obra, mas pensamos que ele pode ser derivado dela. Afirma Benveniste que há “duas modalidades fundamentais da *função linguística*, aquela de *significar* para a semiótica, aquela de *comunicar* para a semântica” (1989 [1966], p. 229 – ênfases acrescidas). É a essa função de significar, que o linguista atribui ao plano semiótico de significância, que estamos chamando, aqui, de *função significante*.

Para tentarmos articular tal noção à passagem de *infans* a falante, partiremos, analogamente ao que faz Flores (2019), da leitura que Agamben propõe da teoria benvenistiana, mas embasando-nos em outra obra: *Infância e história* (2005). Sustentamos, de início, a perspectiva de uma língua cindida, que aparece nas reflexões tanto do linguista sírio quanto do filósofo italiano. A partir disso, ensaiamos desenvolver uma possível resposta para a questão “o que se adquire quando se adquire uma língua?”, interrogação esta já respondida por Flores (2019), mas para a qual propomos uma leitura a partir de outro viés, recorrendo, para tanto, a uma leitura tanto filosófica quanto psicanalítica da proposta benvenistiana dos dois universos de significação.

A língua cindida: Agamben e Benveniste

Partamos da compreensão de dois conceitos fundamentais desenvolvidos por Benveniste e relidos por Giorgio Agamben: os universos semiótico e semântico de significação. A bipartição é bastante conhecida pelos estudiosos do campo, de modo que esta exposição se centrará na leitura consideravelmente provocativa apresentada por Agamben em *Infância e história* (2005). Na seção de abertura de seu livro, o filósofo situa o que chama de “experiência transcendental”:

[...] aquilo de que no *experimentum linguae* se tem experiência não é simplesmente uma impossibilidade de dizer: trata-se, antes, de uma impossibilidade de fala a partir de uma língua, isto é, de uma experiência – através da morada infantil na diferença entre língua e discurso – da própria faculdade ou potência de falar (Agamben, 2005, p. 14-15).

Essa constatação é bastante próxima daquela proposta por Flores (2019), de que o falante não pode dar testemunho de seu próprio processo de aquisição de língua, pois não tem o recurso (meta)linguístico para tanto. Há, porém, uma remissão fundamental, não abordada pelo linguista brasileiro na reflexão sobre a passagem de *infans* a falante especificamente, embora discorra sobre ela em outros momentos: a diferença entre língua e discurso.

A nomenclatura mobilizada pelo italiano refere-se, como ele mesmo nos informa, aos universos semiótico e semântico, respectivamente, de significação, mais bem delineados por Benveniste nos textos *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969). Esta é a primeira cisão a que aludimos neste artigo: Benveniste, ao propor que há dois universos de significação, os quais, inclusive, conduzem a duas linguísticas diferentes, divide a língua em duas maneiras de ser língua na forma e no sentido. Essa divisão, no entanto, é lida por Agamben de maneira muito particular, pois o filósofo assinala a existência de uma outra cisão: aquela entre o falante e a própria linguagem. Tal leitura é fundamental na conjuntura da reflexão do autor e tem uma implicação capital para os estudiosos do campo da linguagem: “Colocar o problema do transcendental significa, em última análise, perguntar o que quer dizer ‘possuir uma faculdade’” (Agamben, 2005, p. 15). Agamben – de forma um pouco distinta do comumente postulado por diversas teorias das ciências humanas, as quais, de diferentes formas, sustentam que a linguagem é o caráter mais distintivo do ser humano – argumenta que,

não [é] a língua em geral, segundo a tradição da metafísica ocidental que vê no homem um *zoon logon échon*, [que] caracteriza o homem entre os outros seres vivos, mas a cisão entre língua e fala, entre semiótico e semântico (no sentido de Benveniste), entre sistema de signos e discurso. Os animais, de fato, não são destituídos de linguagem; ao contrário, eles são sempre e absolutamente língua [...]. Os animais não entram na língua: já estão sempre nela. O homem, ao invés disso, na medida em que tem uma infância, em que não é já sempre falante, cinde essa língua una e apresenta-se como aquele que, para falar, deve constituir-se como sujeito da linguagem, deve dizer *eu*. Por isso, se a língua é verdadeiramente a natureza do homem [...], então a natureza do homem é cindida de modo original, porque a infância nela introduz a descontinuidade e a diferença entre língua e discurso. E é sobre esta diferença, sobre esta descontinuidade que encontra o seu fundamento a historicidade do ser humano (Agamben, 2005, p. 63,64 – grifo próprio).

Inicialmente, cabe uma observação em relação à afirmação categórica de Agamben, aparentemente contrária aos postulados de muitos teóricos das ciências humanas, em geral, e da linguística, em particular, inclusive do próprio Benveniste: o de que animais teriam desde sempre uma *língua*. A análise interpretativa do contexto precedente nos permite inferir que há duas concepções de língua em jogo nesse excerto: a primeira, relativa à dos humanos, trata-se de uma língua cindida entre língua e fala (ou entre semiótico e semântico, nos termos de Benveniste) e a segunda, dos animais, a qual poderíamos chamar de uma língua não cindida. Não havendo dois universos de significância (nem o hiato que os separa, como afirmaria Benveniste), não há, para o animal, a necessidade da passagem de um plano a outro, motivo pelo qual os animais “não entram na língua”, pois já “estão sempre nela”, isto é, desde sempre nesse plano único que constitui sua língua indivisa.

Embora Benveniste afirme que “aplicada ao mundo animal, a noção de linguagem só tem crédito por um abuso de termos” (Benveniste 1995 [1952], p. 60), Agamben, mesmo que se ancore na nomenclatura do sírio e cometa um abuso ainda maior, referindo-se à linguagem animal como “língua”, não parece, em contrapartida, ir contra a concepção de língua de Benveniste. Ao contrário, sua proposição coloca justamente em relevo a acuidade da proposta benvenistiana de estabelecer dois domínios de significância para as línguas humanas, sendo precisamente essa organização em dois planos o que as diferencia de qualquer outra linguagem/sistema semiótico.

Observe-se que a leitura do filósofo dá – para dizer o mínimo – outro sentido àquilo que se considera como faculdade inata e distintiva do ser humano, uma vez que, para ele, não é a faculdade da linguagem que caracteriza o humano à diferença de outros animais, mas o fato de que essa linguagem é dividida. A divisão, portanto, em língua e discurso, é que se torna a verdadeira distinção da comunicação humana, pois convoca uma “atitude”: “constituir-se como sujeito da linguagem”. Essa “atitude”, que grafamos entre aspas por entender que não se trata de um gesto deliberado de escolha ou volição, encontra ressonância na perspectiva de Benveniste de que o falante precisa apropriar-se do aparelho forma da língua para ocupar um lugar no aparelho formal da enunciação. A passagem do *infans* – aquele que não fala – para falante – aquele que já se apropriou de um lugar no aparelho formal da enunciação – marca, dentre outras coisas, a radical descontinuidade que o ser humano tem em relação à natureza, sua faceta mais distintiva na ordem biológica animal, pois a linguagem, embora inata, não concede ao humano, de antemão, a passagem que ele mesmo

terá que realizar para poder ser falante. A linguagem, portanto, se torna *concomitantemente* algo inato e algo a ser conquistado, pois a divisão entre língua e discurso pressupõe uma apropriação, a realização de uma passagem. Sendo mais radical, poderíamos dizer que a própria noção de humano é uma conquista, pois é pela realização dessa passagem entre língua e discurso – que o pequeno ser terá de conquistar, posto que não lhe é concedida juntamente à faculdade inata – que o sujeito pode produzir-se como ser histórico, descontínuo da natureza. O tornar-se falante, portanto, leva o humano de sua constituição biológica a uma constituição antropológica:

Para tal homem, sem infância, a linguagem não seria algo preexistente, da qual seria preciso apropriar-se, e não haveria, para ele, nem fratura entre língua e fala, nem devir histórico da língua. Mas um tal homem seria, por isso mesmo, imediatamente unido à sua natureza, seria já sempre natureza, e nela não encontraria, em parte alguma, uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como uma história poderia produzir-se (Agamben, 2005, p. 64).

No entanto, isso que surge para além daquilo que a natureza nos garante não nos é dado *a priori* junto com a faculdade inata: “A criança está na linguagem, mas tem que ser capturada por ela” (De Lajonquière, 2008, p. 12). E é aqui que a remissão à psicanálise nos interessa. De Lajonquière (2008) afirma, na esteira do que apresentamos até aqui, que “a linguagem humana possibilita a ressonância entre a natureza e a cultura e, assim, a produção de algo novo – o discurso. Essa é a sua faculdade.” (p. 13). Acrescenta, ainda, uma observação fundamental a nossos propósitos: “O que é uma faculdade que não seja nem social, nem natural? É aquilo de que gostamos, na Psicanálise, de chamar função. Em suma, estou falando da função significante” (p. 14).

Observemos que a noção de faculdade apresentada pelo psicanalista difere daquela comumente entendida pela linguística, sobretudo na teorização que dela faz o programa gerativista, concebendo-a pelo viés da modularidade cerebral. Para de Lajonquière (2008), a faculdade da linguagem, que dispõe dessa característica específica de “fornecer” algo inato e “impor” algo que terá que ser adquirido, já que a língua é cindida, deve ser concebida como uma faculdade não inteiramente orgânica, tampouco integralmente social, mas de ordem *funcional*.

Tendo isso em mente, retomemos a ideia de Flores citada no início deste texto: se, para ele, “a enunciação é o puro ter-lugar das funções do homem na língua e na linguagem” (Flores, 2022, p. 19), parece que estamos diante de uma confluência de percepções: as proposições de ambos os autores, quando articuladas, nos permitiriam inferir que a faculdade da linguagem, a qual comporta a enunciação, é da ordem de uma *função*. De Lajonquière (2008) emprega o termo “função significante”, que, conforme advertido, não está, *ipsis litteris*, na redação de nenhum texto de Benveniste. Cabe a nós, portanto, pensar, à luz do contexto delineado até aqui, de que forma a noção benvenistiana de *dupla significância da língua* pode ensejar também a ideia de uma *função significante*, afinada à concepção de Flores de uma linguística das funções. É o que empreendemos a seguir.

A ideia de uma *função significativa*

O termo “significância” aparece no texto benvenisteano em algumas instâncias específicas, sobretudo na proposta desenvolvida no texto *Semiologia da língua*. No entanto, interessa-nos observar, para nossos propósitos aqui, um uso parecido, mas na posição adjetiva: *significante*.

Considerem-se as seguintes passagens: (1) “Mas no fundo de tudo está o poder *significante* da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (Benveniste, 1989 [1966], p. 234) e (2):

Nós propomos que a natureza essencial da língua, que comanda todas as funções que ela pode assumir, é sua natureza *significante*. Ela é informada de *significância*, mesmo considerada fora de qualquer emprego, de qualquer utilização particular ou geral (Benveniste, 2014, p. 90, grifos próprios).

Constata-se que, nesses empregos, o termo “*significante*” qualifica palavras (“poder” e “natureza”) que formam sintagmas aparentemente desprovidos de lastro teórico para o leitor menos experiente na leitura dos textos do sírio. Entretanto, argumentamos, ao contrário, que tais empregos não são aleatórios e podem perfeitamente ser lidos à luz do rigor do pensamento benvenisteano.

A primeira citação, que praticamente fecha o texto *A forma e o sentido na linguagem*, encontra-se ao final de um parágrafo em que o linguista está chamando a atenção para o fato de que é necessário

traçar uma distinção no interior do domínio semântico entre a multiplicidade indefinida das frases possíveis [...] e o número sempre limitado, não só de *lexemas* usados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre (Benveniste, 1989 [1966], p. 234).

Essa observação aos estudiosos do campo não é sem razão: trata-se de chamar a atenção para a forma como *o falante* efetivamente emprega a língua. É por isso que o texto nos conduz à seguinte conclusão logo em seguida:

Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e do outro. Mas no fundo de tudo está o poder *significante* da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa (Benveniste, 1989 [1966], p. 234).

Nunca é demais frisar: se Benveniste postula que entre o semiótico e o semântico não há passagem possível, pois “um hiato os separa” (1989 [1969], p. 66), essa advertência diz respeito à análise *do linguista*, não ao exercício linguístico *do falante*. Para este, a passagem não existe porque ambos os universos de significação estão tão intimamente ligados que operam de forma ilusoriamente transparente, isto é, sem que o falante os perceba em ação, sem que haja qualquer dificuldade de operar com a língua. É somente para o linguista – o

qual toma a língua por objeto – que ela, por razões “didáticas” e analíticas, se divide em duas e se opacifica.

Nessa conjuntura, a asserção final, de que no fundo de tudo está o poder significante, pode, portanto, ser lida de duas maneiras. Primeiramente, com a interpretação de que, para o falante, o importante da língua é sua capacidade de comunicar algo, de ser um mecanismo significante que pode ser colocado em funcionamento. Só interessa ao falante aquilo que significa, como já nos advertia Benveniste nos textos de 1966 e de 1969 (naquele, com seu exemplo sobre “chaméu”).

A segunda interpretação também deriva desses textos: Benveniste deixa claro que, na base, está o sistema semiótico, sobre o qual se assenta o domínio semântico. Portanto, antes que o falante possa dizer qualquer coisa pela língua (na acepção semântica, de produção de frases e veiculação de ideias), é preciso que haja uma língua em sua dimensão semiótica, sobre a qual irá se articular o domínio semântico. Dito de outra forma, o fato de o poder significante da língua ser anterior ao dizer qualquer coisa se dá porque esses dois domínios articulam-se nas “duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica” (1989 [1966], p. 229). Ora, se “significar [no domínio semiótico] é ter um sentido, nada mais” (p. 227), compreende-se que o poder significante da língua, nesse caso, alude ao sistema semiótico na sua característica específica de servir de base para o universo semântico de significação.

Ainda, é necessário lembrar que, a partir dessa imbricação, “a língua tem o poder de constranger o falante para que ele possa, na condição de falante, ascender às infinitas possibilidades que são os universos das línguas” (Flores, 2019, p. 208). Observe-se: cada língua dispõe de um universo semiótico próprio, não traduzível, inclusive, para o de nenhuma outra língua (Benveniste, 1989 [1966]). É nessa particularidade de cada sistema que se assenta o universo semântico, a partir do qual infinitas possibilidades se abrem ao falante.

Na sequência desse raciocínio, podemos também compreender a citação número 2. O que é a língua “considerada fora de qualquer emprego” ou “utilização particular ou geral”? Exatamente a língua em seu universo semiótico, que não permite nenhuma particularidade de emprego (cf. Benveniste, 1989 [1966]; [1969]). E destaque-se: o fato de que a língua significa (na concepção semiótica do termo) é que é a *natureza* essencial da língua. *Natural* porque nenhuma língua denominada como tal escapa dessa configuração: “Que a linguagem significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza” (Benveniste, 1989 [1966], p. 223).

No entanto, aqui reside um ponto fundamental: se é da natureza *da língua* que ela signifique, seria da natureza *do falante* empregar a língua para significar? Quando a linguística afirma que a faculdade da linguagem está na natureza do humano (e os argumentos para tanto são inegáveis), isso implica que a própria natureza significante da língua, o “simples” fato de que ela significa, na acepção semiótica, já é dado para o falante desde sempre? Acreditamos que apenas parcialmente. De fato, o pequeno *infans* parece ser capaz de identificar que, entre todos os “barulhos” que ouve, há aqueles que não são meramente ruídos, mas significantes. No entanto, a cisão em língua e discurso impõe-lhe que um outro tipo de significação deva ser conquistado, uma significação que se

assenta sobre a semiótica, posto que ninguém se comunica a não ser por frases, pela possibilidade aberta pelo domínio semântico. Benveniste mesmo parece se encarregar de responder a questão:

Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas. Mas também *uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato. A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto.* (Benveniste, 1995 [1963a], p. 31 – grifo nosso).

Ao reconhecer que a formação do símbolo, a capacidade representativa, aspecto essencial de todas as línguas humanas, não é dada de antemão ao filhote humano, mas é construída concomitantemente à sua entrada na língua, Benveniste nos autoriza a pensar que essa experiência de formação do símbolo está intrinsecamente ligada àquilo que temos chamado, até aqui, de *função significante*, a qual, lembremos, não é nem restritamente biológica, nem unicamente cultural, mas funcional, pois diz respeito à língua como entidade semiológica cindida (conforme supra).

Essa “natureza significante da língua”, o fato de que significa, mas significa a partir de uma divisão fundamental em dois domínios, enseja o mecanismo primordial para a entrada no simbólico (Cassirer, 2012; Jerusalinsky, 2008), instalando o que Benveniste chama de “função representativa¹” e que servirá de base para outras funções conceptuais, sobretudo aquelas expressas pela língua em seu universo semântico de significação (mas também por outros sistemas semiológicos). O próprio linguista parece nos autorizar a essa interpretação:

[...] essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações. É, por essência, simbólica. A transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito (Benveniste, 1995 [1963a] p. 29 – grifos próprios).

Nesse excerto, notamos, mais uma vez, a presença da palavra “função”, dessa vez ligada às funções conceptuais, ao pensamento, que não se restringe à língua, mas a algum processo simbólico expresso por algum sistema semiótico (Benveniste, 1989 [1969]). A questão fulcral é que “a língua é a organização semiótica por excelência. Ela dá a ideia do que é uma função de signo, e ela é a única a oferecer desta função a fórmula exemplar” (Benveniste, 1989 [1969], p. 61-62).

A partir dessa distinção, o que Benveniste tenta evidenciar é que a língua é a “grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas [de signos] reproduzem os traços e o modo de ação” (Benveniste, 1989 [1969], p. 64). Isso nos leva a entender que a função representativa (ou faculdade simbólica) só existe porque a língua é tomada como matriz de todos os sistemas de signos de que o ser humano fará uso ao longo de sua vida. Não é à toa, portanto, que se trata não apenas do mais importante sistema, mas também daquele que se adquire primeiro, posto que é

¹ “[...] o animal *exprime* as suas emoções, mas não pode *nomeá-las*. [...] Entre a função sensorio-motora e a função representativa, há um limiar que só a humanidade transpôs” (Benveniste, 1963a, p. 29 – grifos próprios).

basilar para o entendimento das funções conceptuais que estarão em jogo não apenas na língua, mas em todos os sistemas semiológicos.

A partir dessa perspectiva, cabe, então, uma observação. Embora a noção de *função representativa* seja bastante próxima a de *função significante* apresentada aqui, acreditamos que elas não se recobrem inteiramente. Isso porque a primeira coloca acento sobre o fato de que a língua é uma entidade semiológica, ou seja, que opera simbolicamente, o que não lhe confere distinção frente a outros sistemas. A *função significante* por seu turno, enfatiza outro aspecto, a saber, o fato de que as línguas significam não apenas simbolicamente, o que não lhes é exclusivo, mas *conceitualmente*, e, ainda mais importante, em dois domínios diferentes, sua característica distintiva por excelência. Por essa ótica, todos os sistemas semióticos são tributários da função representativa, que coloca um símbolo no lugar de uma ideia, mas somente a língua dispõe de uma *função significante*, que a distingue dos outros sistemas pelo fato de que esse símbolo é conceitual, isto é, capaz de *nomear* em vez de *expressar*.

É nesse enquadramento conceitual, portanto, que entendemos a ideia de *função significante*: ao desenvolver sua capacidade simbólica, entrando no mundo da língua e da cultura, o pequeno *infans* acede ao lugar de falante pela aquisição da lógica subjacente a todos os sistemas semiológicos, dentre os quais a língua é o principal não por precedência histórica, mas por acarretamento inevitável, como diria Benveniste: é a partir da *função significante* da língua que o ser humano adquire a capacidade de representação, que levará como princípio para todos os outros sistemas semiológicos que fazem parte da cultura. No entanto, essa aquisição também lhe faculta a compreensão de que a língua significa de forma diferente desses outros sistemas. Aqui, as palavras de Petit (2019) se fazem justas: “É também por isso que criamos, falamos, escrevemos, contamos histórias. Existe, assim, uma outra *função essencial da linguagem*, além da designação das coisas em sua presença: *nomear* uma ausência” (p. 80 – grifos nossos).

“Nomear uma ausência” é a tarefa primordial das línguas humanas, portanto, da linguagem humana – da qual as línguas dão testemunho. E, como veremos a seguir, essa entrada, pela língua, no simbólico só pode se dar por uma outra função essencial, bem explicada pela psicanálise: a função materna.

O que se adquire quando se adquire uma língua (materna)

Atenhamo-nos agora ao objeto propriamente dito deste escrito: a passagem de *infans* a falante. A partir do que vimos anteriormente, diríamos que o *infans* precisa adquirir a

[...] a função da palavra: por um lado, sua capacidade evocativa até o ponto de tornar presente o que já pertence ao passado, e por outro, embora ao mesmo tempo, a transformação do objeto num resto cuja condição de signo não somente lhe permite, mas também o obriga a participar de uma lógica de representações linguísticas. (Jerusalinsky, 2008, p. 38)

Nessa conjuntura, a condição de signo, precisamente a unidade do universo semiótico de significação, impõe ao *infans* uma tarefa nada trivial. Se “[o] significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria”, mas “uma forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (Benveniste, 1989 [1966], p. 225), o que o pequeno ser precisa inicialmente assimilar é a concepção da forma significante do universo semiótico, aquela cujo sentido é puramente distintivo, sobre a qual irá se assentar a outra articulação entre forma e sentido, a do domínio semântico. Dito de outra forma, o *infans*, para passar a falante, precisa adquirir a compreensão de que aquilo que ouve significa, mas significa de forma diferente dos outros “barulhos” que o cercam. Novamente aqui, as palavras de Michèle Petit são precisas:

Nos primeiros tempos da vida humana, é a mãe quem fala à criança, ou a pessoa que lhe dedica os cuidados maternos. Ela fala do mundo, ela o sonha junto à criança. E a palavra vale antes de tudo por suas modulações, seu ritmo, seu canto. Em todas as culturas, aprendemos primeiro a música da língua, sua prosódia, que não se ensina, mas se transmite. [...] é difícil imaginar o espanto que devemos ter sentido quando compreendemos que o canto da linguagem servia também para nomear esta ou aquela coisa, e o regozijo que experimentamos quando conseguimos reproduzir os sons que nos tornavam um pouco senhores dela (Petit, 2019, p. 78).

A citação de Petit encerra dois pontos que merecem nossa atenção. O primeiro deles é que “tornar-se um pouco senhores” dessa linguagem parece se alinhar à ideia de “apropriação” que Benveniste desenvolve em *O aparelho formal da enunciação* (1970). Articulada à ideia de dois universos de significação, essa “música” da língua se apresentaria ao pequeno humano como algo da ordem semiótica, ou seja, da diferença pura. Dizer que a “palavra vale antes de tudo por suas modulações, seu ritmo, seu canto” implica considerar a língua em seu universo semiótico de significância, no qual os elementos têm valor por oposição dentro do sistema que integram, sendo dessa oposição, exclusivamente, que derivam sua forma e seu sentido. O “espanto” a que se refere Petit, portanto, é uma forma mais poética, observada a partir do ponto de vista hipotético do *infans*, de se referir ao “dar-se conta” de que a língua opera ainda por um segundo domínio, o semântico. Poderíamos dizer, ainda, que o que a autora tenta narrar é uma espécie de “testemunho póstumo” da compreensão de que a língua é cindida. O emprego de “testemunho”, evidentemente, não é fortuito, mas ecoa a ideia de Flores (2019) ao propor que a criança seja tomada como *índice de si mesma* na passagem de *infans* a falante, dando testemunho dessa passagem a partir da posição de *superstes*² (Flores, 2019, p. 178).

Outrossim, interessa-nos um segundo elemento realçado por Petit: a figura materna. A antropóloga é textual ao mencionar a mãe como figura que está lá, nos primeiros tempos da vida da criança, talvez por uma certa convenção social de que é a mãe quem acompanha mais de perto os primeiros momentos

² Trata-se de um termo que Flores toma do livro de Agamben *O que resta de Auschwitz?* quando este desenvolve uma apreciação sobre o que é possível testemunhar de um evento traumatizante da magnitude do horror da *shoah*. O linguista utiliza a divisão mobilizada pelo filósofo entre *testis*, aquele que se põe como um terceiro, e *superstes*, aquele que viveu algo, para desenvolver sua reflexão de que não é possível, para o falante, dar testemunho de seu processo de aquisição na integralidade, pois “não há língua que possa dar conta do que não é ainda língua” (Flores, 2019, p. 181). No entanto, na visão do autor, a criança é, *em ato*, “*superstes* de sua experiência de vir-a-ser falante” (p. 180).

da vida de seu filho, respondendo às principais demandas de cuidado, dentre as quais está, sem dúvida, o acalanto e o acolhimento. Como bem frisa a francesa, nesses primeiros tempos, quando a língua ainda não significa para o *infans*, o que este ouve é a configuração prosódica, a “música da língua”, uma espécie de aspecto “pré-semiótico”. Dizemos “pré-semiótico” pelo fato de que não há ainda, nesse momento, a noção de *significante* como “invólucro” de um sentido, mas tão somente uma linha contínua de sons, dos quais o *infans* pode apenas reconhecer as modulações – portanto, as diferenças –, mas que já sinalizam ao pequeno ser que ele está diante de um sistema, ainda que ele ainda não o reconheça como tal.

Contudo, há um ponto a partir do qual podemos nos distanciar da afirmação de Petit. Parece fazer mais sentido nos referirmos à função materna, tal como apresentada pela psicanálise, do que à figura da mãe em si. E, mais uma vez, essa diferenciação não é tributária de preciosismo teórico ou terminológico, mas de uma implicação fundamental: aquela relacionada à *função*, termo caro ao domínio teórico em que nos ancoramos.

À diferença do termo “mãe”, que costuma se referir à pessoa física, frequentemente ligada a uma criança por questões biológicas ou afetivas, a expressão “função materna” tem por característica o fato de poder ser desempenhada por qualquer um que assuma tal função, inclusive um homem, já que não está ligada a sexo ou condição biológica, mas, justamente, a uma função, primordial e estruturante, de cuidado e sentimento em relação ao bebê. Embora a concepção seja complexa e exija muitos detalhamentos – que resultariam numa série de desdobramentos mais de interesse psicológico/psicanalítico do que linguístico –, atenhamo-nos a apenas um aspecto fundamental dessa noção: o “papel linguístico” que a figura materna cumpre em relação ao *infans*.

O primeiro elemento essencial dessa relação reside na “apresentação” da língua que aquele que desempenha a função materna faz à criança, aquilo que Petit (2019) chama de *transmissão*, posto que não é da ordem do ensinar, do formalmente assimilável. A fala dirigida ao ainda não falante tem, para este, uma função primordial mesmo antes de ser entendida como fala, como manifestação de uma língua. Como mencionado anteriormente, nesse primeiro tempo da vida, em que o *infans* é recém integrado ao círculo social da fala, o que ele ouve é exclusivamente entoação e diferença, garantida pelas nuances prosódicas. E, como sabemos, o aspecto diferencial é condição fundamental para o que virá a se constituir como universo semiótico de significação. Isso não é pouco: a língua se apresenta, ao *infans*,

[s]ob a forma de uma música que, curiosamente, apesar de estar, desde o ângulo de quem a canta, no campo da letra – falando rigorosamente – é uma música que, para a criança, ainda é sem “letra” (no sentido de um texto). Uma música (a da prosódia materna) sem “letra” que, porém, faz marca material situada numa cadência e numa série (a da “frase musical” que se repete), alternada nota trás nota, numa sequência de nota – silêncio – nota – silêncio, cujo valor de representação do precário sujeito torna prescindível, para este, o olhar da mãe. [...] É verdade que ainda nesse nível, o da prosódia materna, não atingimos o patamar da palavra. Essa é a principal razão pela qual assinalamos que se trata de uma música sem texto, precisamente porque os fonemas e morfemas valem ali somente (o que não é pouco), como notas, a meio caminho do estatuto da letra (Jerusalinsky, 2008, p. 81-3).

A relação entre quem desempenha a função materna e o pequeno *infans* se funda, pois, na sustentação de uma posição. Se o pequeno humano nasce desprovido de língua, embora presente desde sempre na cadeia significante que o antecede, e se a faculdade da linguagem, ainda que inata, não lhe provém com a integralidade do que precisa para se tornar falante, isso significa que o que o *infans* produz “linguisticamente” é ainda sem sentido, um conjunto de sons a que alguém desempenhando a função materna precisa dar estatuto de (futuro?) significante:

Alguns significados tem que ser atribuído aos choros, reflexos, caretas que o bebê faz. [...] A atribuição da mãe [da função materna] é de ser porta-voz do bebê, no sentido de dar palavras (portar a voz) desde a sua chegada ao mundo, pois prediz e aninha o conjunto de manifestações da criança. Assim, podemos pensar essa atribuição materna como a porta-voz preferencial do bebê, aquela que contribui nas repetições familiares através das gerações. A partir do momento que a mãe antecipa um eu para o seu bebê, pode interpretar as manifestações vindas do corpo do seu filho como estando atreladas a um sentimento que ela supõe ter capacidade de dar conta. (Ferrari; Piccinini, 2010, p. 245-246)

Embora interessantes, não nos são relevantes aqui as implicações psicanalíticas, menos ainda clínicas, dessa configuração. Interessa-nos, contudo, essa conformação particular em que um ser já falante, desempenhando a função materna, é responsável pela interpretação³ das expressões ainda não linguísticas, no sentido estrito, do *infans*.

Inicialmente, cabe salientar a proximidade dessa ideia de “suposição de um eu” no bebê com a proposta da subjetividade na linguagem, tal como formulada por Benveniste em texto homônimo. Se a subjetividade, nesse viés, só pode se manifestar a partir da emergência da linguagem, como o próprio título do artigo citado antecipa, pois “[o] despertar da consciência sempre coincide com a aprendizagem da linguagem” (1989 [1963a], p. 27), ser desprovido de língua, como no caso do *infans*, pressupõe que alguém, um outro que seja já falante, deva pressupor nele essa possibilidade de vir a ser sujeito, vir a realizar a passagem entre língua e discurso. Dito de outra forma e mobilizando os termos a que se recorreu até aqui, o que a função materna faz, encarnada por alguém na condição de já falante, é dar sustentação a esse *infans*, projetando nele a condição de vir a ser falante, o que ele só poderá realizar a partir da percepção, compreensão e internalização da *função significante* da língua, do fato de que ela não é apenas “barulho”, mas um som que tem por função significar, no plano semiótico, e eventualmente, a função de comunicar, no semântico. A dinâmica parece óbvia, mas é fundamental: sem a pressuposição de que esse ser que ainda não fala poderá (e deverá) se tornar um falante, dado que essa é sua faculdade inata, seu destino de espécie e sua característica distintiva, não há possibilidade de aquisição de língua. O que a função materna sustenta, nos primeiros tempos da vida humana, é, pois, uma futura posição de *eu*, que virá a ser ocupada pelo então já falante que o *infans* se tornará:

³ Sobre a noção de interpretação, na acepção aqui mobiliza, ver os trabalhos de Cláudia de Lemos, autora brasileira que, inclusive, desenvolve, no campo dos estudos de linguagem, uma articulação entre aquisição e psicanálise.

A fala adulta evoca o *infans* a deixar de ser tal. A criança acerta por acaso e, na sequência, recomeça ‘procurando’ – sem saber – a razão para o sucesso. Assim, tece-se uma e outra vez o saber próprio da língua sem nenhum recurso a uma instância metacognitiva – isto é, saber falar é um saber que não se sabe⁴ (De Lajonquière, 2008, p. 13).

É essa “aposta” que a função materna faz em relação ao *infans*, projetando nele seu desejo de que se torne falante, de que venha a ocupar o lugar de *eu* no dispositivo enunciativo (Silva, 2009), que se configura como a mola propulsora da instalação da subjetividade na linguagem, afinal, “para falar uma língua, a criança terá de assumir um lugar no quadro figurativo do discurso” (Flores, 2019, p. 207). É também por essa organização particular que defendemos até aqui que a “descoberta”, o “dar-se conta”, por parte da criança, da *função significante* da língua é a condição primordial e *sine qua non* para que essa passagem (da língua ao discurso, nos termos de Agamben, do *infans* ao falante, nos de Flores) se realize.

Benveniste é categórico ao afirmar que o universo semiótico de significação está na base do universo semântico, a partir do qual o locutor pode efetivamente se enunciar por meio de frases e expressando ideias, colocando a língua em funcionamento por um ato individual de utilização: “A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (1966, p. 230)

Sendo um ato individual, a enunciação, o colocar a língua em funcionamento, pressupõe a assunção da posição de *eu*, “oferecida” desde sempre ao *infans* pela função materna, mas que só é *linguisticamente*, isto é, *formalmente marcada na língua*, mais tardiamente pelo pequeno ser. Talvez seja por isso que Benveniste, na citação reproduzida anteriormente, em que define como entende “subjetividade”, coloca o termo entre aspas. A subjetividade *na linguagem* de que trata Benveniste parece ser aquela dada no *après coup* da aquisição da linguagem, manifesta pela posição de sujeito *eu* formalmente marcada na língua, ou seja, pela assunção da posição de *eu* no quadro figurativo. Entretanto, existe uma subjetividade que poderíamos chamar de “pressuposta” (pelos adultos que falam à criança). Se a subjetividade na linguagem não se expressa ainda linguisticamente para o *infans*, já que este ainda não fala, ela precisa ser pressuposta e sustentada pelo já falante. É somente assim que o jogo da linguagem se desenrola e é nesse sentido que podemos falar em “língua materna”, ou seja, em uma língua que, para ser adquirida, precisa ser sustentada pela função materna.

Considerações finais

À guisa de fechamento, é importante salientar em que termos a reflexão desenvolvida aqui articula a visão de uma linguística das funções da linguagem, sugerida por Flores, à problemática da passagem de *infans* a falante, também abordada pelo autor, na tentativa de esboçar uma contribuição à fortuna crítica sobre a obra benvenistiana.

⁴ Observe-se a semelhança dessa asserção com a proposta de Flores (2019) de que não há testemunho possível sobre o processo de instalação do ser humano na linguagem.

Flores (2019) defende, na esteira de Jean-Claude Milner e ancorado em Benveniste, que o que se adquire, ao se adquirir uma língua, é o que poderíamos formular, sucintamente, como um universo que dará acesso a um universal. Essa formulação axiomática, embora não expressa nesses termos pelo teórico, é entendida por nós da seguinte forma: o universo (de cada língua) dá acesso ao universal (a possibilidade de se enunciar por uma dada língua). A argumentação do autor é contundente e a ela subscrevemos. No entanto, acrescentaríamos, a partir do quadro teórico esboçado aqui, que há uma função essencial operando no acesso a esse novo universo (o simbólico) (Cassirer, 2012): a *função significante* da língua.

É bem verdade que a dimensão semiótica de significação, ou seja, a organização semiótica específica que cada língua projeta sobre a realidade, é já todo um enquadramento que se cria sobre essa realidade para cada sujeito que fala a língua em questão. Mas o verdadeiro “universo que dá acesso ao universal” refere-se ao domínio semântico de significância, com base no qual se acessa um universal, isto é, a possibilidade de expressão de ideias pelo domínio semântico de significação, que se caracteriza pela infinitude e pela relativa imprevisibilidade. Essa cisão, para retomar as palavras de Agamben, absolutamente congruentes com a perspectiva benvenistiana, impõe ao *infans* a realização de uma passagem: da língua – entidade coletiva, sistema de signos – a discurso – mobilização individual a partir da posição de *eu*. Isto é, a passagem de *infans* a falante, no enquadramento teórico desenvolvido aqui, é a apropriação do aparelho formal (Benveniste, 1989 [1970]), o dar-se conta, por parte do ainda não falante, da dinâmica específica da linguagem, que, por ser cindida, permite a passagem do recurso coletivo ao emprego particular. Essa passagem se dá, conforme argumentamos aqui, pela percepção, por parte do ainda não falante, da língua em sua *função significante*. Portanto, temos que esse grande problema geral da linguística (Flores, 2019) que é a passagem de *infans* a falante está intimamente ligado à proposição posterior do autor de que há “na linguagem grandes funções nas quais o homem se situa ao falar uma língua” (Flores, 2022, p. 22)

É importante também a menção sobre como o autor entende o papel do estudioso do campo frente a esse complexo fenômeno que é a linguagem, especialmente quando é o quadro teórico da enunciação que está em jogo. Se o linguista, na visão enunciativa de Flores, deve estar “mais atento ao universo da língua do que aos *universais* da linguagem” (p. 196 – grifos próprios), fica evidente de que forma uma visão teórica enunciativa da passagem de *infans* a falante difere da perspectiva de algumas teorias linguísticas, sobretudo a de viés gerativista, que considera a aquisição como processo universal, de base comum a todo e qualquer vir-a-ser-falante, de toda e qualquer língua e cultura humanas. Essa visão, evidentemente inegável em sua organização teórica e epistemológica, não encontra, contudo, ressonância numa teoria enunciativa, em que é o singular que testemunha pelo universal, sendo aquele, e não este, o objeto de investigação.

Há, porém, um acréscimo a ser feito à visão desenvolvida pelo linguista brasileiro, que, pensamos, não se contrapõe às suas proposições básicas. Benveniste já nos chamava a atenção para o fato de que “A linguagem [...] é o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que não o veem” (Benveniste, 1995 [1963b], p. 45). Poderíamos pensar, portanto, arriscando uma generalização que talvez não se verifique, que todos os grandes problemas gerais da linguística, como nomeia Flores o seu livro, encerrariam também paradoxos.

Em relação ao problema da aquisição, ou melhor, da passagem de *infans* a falante, não seria diferente. O grande paradoxo reside no fato de que, ao mesmo tempo em que a linguagem é um ganho – uma conquista, no sentido esboçado anteriormente, uma *aquisição*, como se costuma nomear no campo dos estudos da linguagem, a abertura de uma nova dimensão à vida humana (Cassirer, 2012) – ela também é uma perda. Conforme defende Agamben, não existe uma infância cronologicamente anterior à linguagem. Ao contrário, a infância é propriamente o que não só coexiste com o nascimento da linguagem no humano, mas aquilo que deve ser *perdido* com a instauração dessa linguagem.

Flores (2019) também sustenta um paradoxo análogo: o de que a língua restringe o universo do falante (por suas características semióticas próprias, o enquadramento a partir do qual cada sujeito falante poderá falar do mundo) para lhe dar o universal, a possibilidade da enunciação como ato singular, único e irrepitível. Com base no exposto aqui, não seria possível terminar de outra forma se não exaltando esse paradoxo. E, como de costume, ninguém sabe melhor sobre os paradoxos e os meandros da linguagem do que os poetas: se há uma linguagem inata, que já nos é “dada”, isso não nos exime de buscar uma língua que nos seja própria, que nos configure como seres únicos, como afirmou Mia Couto na epígrafe reproduzida no início deste trabalho. No universo que cada língua é, o ser falante precisa achar seu lugar de *eu*, lugar singular e, paradoxalmente, plural:

O que advogo é um homem plural, munido de um idioma plural. Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que nos crie raiz e lugar. De outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem. Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade (Couto, 2011, p. 24).

Esse parece ser precisamente o trabalho implicado na passagem de *infans* a falante.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. (1970) *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. (1969) *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. (1966) *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. (1963a) *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. Saussure após meio século. (1963b) *In*: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. (1958) *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. *In*: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano? E outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DE LAJONQUIÈRE, Leandro. Apresentação. *In*: JERUSALINSKY, Alfredo. **Saber falar**: como se adquire a língua? 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERRARI, Andrea Gabriela; PICCININI, Cesar Augusto. Função materna e mito familiar: evidências a partir de um estudo de caso. **Ágora**: Estudos Em Teoria Psicanalítica, 13(2), 243–257. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1516-14982010000200007>. Acesso em: 05 julho 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis, Vozes, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. A aporia da enunciação. *In*: ROSÁRIO, Heloísa Monteiro; HOFF, Sara Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento (Org.) **Leituras de Émile Benveniste** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Zouk, 2022.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Saber falar**: como se adquire a língua? 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. São Paulo: Editora 34, 2019.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na linguagem** – Enunciação e aquisição. Campinas: Pontes, 2009.